



Sincopeças RS

SINDICATO DO COMÉRCIO VAREJISTA DE VEÍCULOS E DE PEÇAS E ACESSÓRIOS PARA VEÍCULOS NO ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL

NESTA EDIÇÃO

- > Reforma trabalhista
- > Plantão da assessoria jurídica do direito coletivo e do trabalho
- > Congresso Fenauto
- > Pergunte ao Jurídico: vale-refeição
- > Audiência discute comércio ilegal
- > Novembro azul



robuart_123RF Imagem

Parceria entre Sincopeças-RS e Sebrae-RS tem foco no crescimento das empresas

Com o objetivo de apoiar as empresas representadas na gestão dos negócios, o Sincopeças-RS firmou parceria com o Sebrae-RS para intensificar a realização de projetos que auxiliam os empreendedores na administração sustentável dos negócios. Em 2017, algumas iniciativas acontecem, mas o calendário do próximo ano já começa a ser formatado para capacitações setoriais.

Raquel dos Santos Teixeira, técnica de atendimento da Gerência Regional Metropolitana do Sebrae, explica que a instituição dará continuidade ao trabalho que está sendo realizado, com base no perfil empresarial. “É quando fazemos um diagnóstico sobre a gestão e desenvolvemos um plano de ação. Assim, eles mantêm um acompanhamento de assessorias ou de consultorias”, esclarece.

Essa ação já aconteceu em duas etapas, no Sincopeças-RS (avenida Paraná, 2.435, em Porto Alegre), e ocorrerá novamente no dia 5 de dezembro, das 9h às 18h. Consiste no atendimento, gratuito para associados, com o propósito de conhecer a realidade e necessidades das empresas. A atividade é realizada por um especialista do Sebrae pelo período de uma hora, quando são apresentadas oportunidades de melhoria, formalizadas em um plano de ação específico. A atividade necessita de agendamento pelo telefone (51) 3222-5577 ou pelo e-mail eventos@sincopeças-rs.com.br.

“Já temos capacitações previstas para 2018, assim como suporte de eventos e rodadas de negócios”, antecipa Raquel. Segundo ela, as especializações sempre são motivadas pela constatação do perfil. Neste ano, os técnicos já perceberam a necessidade da realização da Clínica Tecnológica em Design, um evento de inovação, com metodologia dinâmica, que oferece dicas e esclarece dúvidas. “Notou-se que os empreendedores deveriam ter mais experiência, um contato maior com o design de loja, do ponto de venda”, explica.



Divulgação

No dia 7 de novembro, a consultora de diagnóstico de gestão recebeu associados para trocar informações e traçar estratégias de administração e planejamento dos negócios de forma personalizada.

Segundo a analista, o Sebrae busca desenvolver o conhecimento com o empresário. “Também cuidamos para construir algo de acordo com a realidade deles, uma solução que se adapte”, fala. Para ela, o setor de autopeças está preocupado em se atualizar. “Vivemos momentos difíceis na economia, de muitas mudanças e eles estão atentos às preocupações de que algo precisa ser mudado. É nisso que podemos contribuir.”

Outros pontos – O desenvolvimento da área comercial também é uma das que merece atenção do segmento. “Há empresas em diversos níveis de maturidade. Em alguns casos, é possível profissionalizar melhor esse campo. Para isso, é preciso fazer a análise do quadro de funcionários”, recomenda.

O planejamento também é apontado pela consultora como tema a ser analisado. “Como vivemos em um mercado de muita instabilidade e insegurança, não conseguimos fazer previsões. A maioria dos empresários consegue, atualmente, fazer um planejamento de curtíssimo prazo e limitado em informações.”

[Saiba mais clicando aqui.](#)

EDIÇÃO ANTERIOR



[Clique aqui](#)

LINKS SUGERIDOS

Mudanças da Reforma Trabalhista

[Clique aqui](#)

Relatório do mercado de reposição

[Clique aqui](#)

NOVEMBRO

APGNV Comércio e Distribuição de Peças Ltda.
Novo Hamburgo – 10 anos

Auto Peças Caponi Ltda.
(Auto Peças Gaúcha)
Canoas – 26 anos

Electro Tekno Diesel do Brasil Ltda.
São Leopoldo – 32 anos

Hermes de Barcellos
Porto Alegre – 39 anos

Pegasus Autopeças Ltda.
Porto Alegre – 22 anos

Pellegrino Distribuidora de Autopeças Ltda.
Filial Porto Alegre – 17 anos

Platoshow Distribuidora de Peças Automotivas
Canoas – 25 anos

Prezzi & Prezzi Serviços Automotivos (Centergás GNV)
São Leopoldo – 11 anos

Roger Autopeças Ltda.
Porto Alegre – 23 anos

Sikam Indústria e Comércio de Cabos de Comando Mecânico Ltda.
Porto Alegre – 7 anos

Sulvan Veículos e Peças Ltda.
Porto Alegre – 16 anos

Toli Distribuidora de Autopeças
Serafina Corrêa – 33 anos

Moto Peças Konig Ltda – ME
– Armazém da Moto
Porto Alegre – 6 anos

Space Car Comércio de Veículos Ltda.
Porto Alegre – 24 anos

NOVO ASSOCIADO

Vespor Automotive Distribuidora de Auto Peças Ltda.
Porto Alegre



Reforma trabalhista: inovação e incertezas

A reforma trabalhista já é uma realidade, uma mudança grande para empregados e empreendedores que, apesar de terem o dever de se adequar, ainda navegam nas incertezas da interpretação da lei. Ela entrou em vigor em 11 de novembro e, apenas três dias depois, já recebeu ajustes com a Medida Provisória 808. Além disso, as opiniões de magistrados levantam dúvidas sobre a constitucionalidade das alterações.

A principal premissa da reforma trabalhista é a prevalência do negociado sobre o legislado. Isso traz a possibilidade de fortalecer as negociações dos sindicatos, quando empresários e empregados têm a prerrogativa de manifestar expressamente sua vontade. É inegável a inovação da reforma em diversos pontos, ao atualizar

normas na relação trabalhista e prever novos cenários, mas é preciso ter a segurança de que o objetivo de assegurar um ambiente mais propício para os negócios será alcançado.

Já é comprovado que o excesso de normas e obrigações para a contratação de mão de obra tornou-se um freio para o desenvolvimento do mercado de trabalho. Neste sentido, a reforma é vital para gerar empregos e garantir investimentos. Resta saber até que ponto as empresas poderão aplicar o que foi estabelecido e que interpretação o Judiciário dará à nova lei.

Gerson Nunes Lopes
Presidente do Sincopeças-RS

Sincopeças-RS tem um novo serviço disponível para associados

A assessoria jurídica do direito coletivo e do trabalho do Sincopeças-RS estará disponível para atendimento dos associados em forma de plantão, nas quintas-feiras, das 8h30min às 12h, na sede do Sindicato (avenida Paraná, 2.435, em Porto Alegre). Além do acompanhamento nas negociações coletivas e nos dissídios, os advoga-

dos Rosângela Mazzeto e Marco Antônio Vieira Machado, que já prestam consultoria para as empresas representadas, buscam, com mais este formato de atendimento, intensificar a orientação dos empreendedores de forma acessível e objetiva, visando corrigir as ações nas empresas antes da judicialização dos processos.

Serviços

- > Acompanhamento nas negociações das 61 Convenções Coletivas de Trabalho firmadas pela entidade.
- > Representação da entidade nas reuniões de negociação coletiva e de mediação no Ministério do Trabalho e Previdência Social (MTPS).
- > Representação em eventos pertinentes à área.
- > Inserção das convenções coletivas no Sistema Mediador do MTPS.
- > Resposta às consultas da entidade, ou seus associados, de temas pertinentes ao direito do trabalho na sede da entidade ou por e-mail.
- > Acompanhamento de dissídios coletivos.
- > Prestação de advocacia preventiva na área trabalhista.

Congresso Fenauto apresentou perspectivas e tendências do setor

O mercado está mudando rapidamente e quem vende ou quem deseja comprar um veículo seminovo precisa estar atento a essas transformações para não perder negócios. Esse foi o foco do 6º Congresso Fenauto, evento realizado pela Federação Nacional das Associações de Revendedores de Veículos Automotores, que representa revendas e lojistas de veículos seminovos e usados de todo o Brasil. O evento aconteceu nos dias 24 e 25 de outubro, em São Paulo. Os diretores do Sincopes-RS Décio Bonato e Victor Kaminski representaram o Sindicato no evento.

“O evento é sempre importante para nos atualizarmos. Ele integra comerciantes de todo o Brasil, principalmente do Centro do País para conhecer tendências de mercado. Uma delas, por exemplo, é a de compra por meio de empresas e leilões virtuais”, comenta Kaminski.



Empresários do segmento do RS, entre eles, Victor Kaminski (quarto da esq. para a dir.), o presidente da Fenauto, Ilídio dos Santos (centro), e Décio Bonato (sétimo da esq. para a dir.).

Segundo o diretor, um espaço com estandes – ExpoFenauto – ofereceu produtos para o segmento, sistemas de gestão e de emissão de notas, oportunizou descontos e promoções. Para Bonato, o congresso tem ampliado seu público a cada edição. “O evento teve mais de 600 participantes, a principal finalidade é fortalecer a categoria”, destaca.

Entre os palestrantes, estiveram Dado Schneider (Bem na minha vez... – A palestra muda), Daniel Brandão (Vendendo como campeão de vendas), Leandro Karnal (Ética no mundo contemporâneo: tem solução?), Jean Klaumann (Uso da tecnologia como forma de alavancar os negócios no varejo) e Paulo Storani (Missão dada, missão cumprida!).



Pergunte ao Jurídico

Este espaço do Informativo Sincopes-RS é dedicado a sanar dúvidas de seus associados. Se você precisa de informações sobre questões relacionadas à área jurídica, encaminhe sua pergunta para: assessoriasindical@sincopes-rs.com.br

Caso a empresa, pertencente à base de atuação do Sincopes-RS, queira conceder vale-refeição aos funcionários, qual deverá ser o valor diário? Pode haver desconto do funcionário? Se sim, qual é o percentual?

“O fornecimento de vale-refeição aos empregados é um benefício que pode ser concedido por mera liberalidade da empresa. Não há lei que imponha a obrigação de pagamento de vale-refeição ou de valores mínimos ou máximos.

O artigo 444 da Consolidação das Leis do Trabalho (CLT) estabelece que as relações do contrato de trabalho podem ser livremente estipuladas entre empregado e empregador em tudo que não ofenda as disposições de proteção ao trabalho, aos contratos coletivos (acordo coletivo ou convenção coletiva de trabalho) que devem ser seguidos e às decisões das autoridades competentes. Portanto, o vale-refeição poderá ser negociado por ajuste entre empregado e empregador.

Para que o benefício de vale-refeição seja concedido e não seja considerado salário, passando a integrar a remuneração do empregado para todos os efeitos da lei trabalhista e ainda constitua base de incidência de contribuição previdenciária ou do FGTS, é necessário que a empresa realize a inscrição no PAT (Programa de Alimentação ao Trabalhador). O cadastro pode

ser feito na plataforma on-line, no site do Ministério do Trabalho e Emprego (MTE), neste link trabalho.gov.br/pat

Além disso, o empregador optante pela tributação com base no Lucro Real pode deduzir parte das despesas com o PAT do imposto sobre a renda.

As empresas podem descontar de seus empregados um valor correspondente à alimentação, contudo, este desconto não poderá exceder 20% do salário contratual, nos termos do art. 458, §3º da CLT.

Importante ressaltar que os Tribunais do Trabalho têm entendimento de que o fornecimento de alimentação pela empresa deve ser custeado parte pela empresa e parte pelo empregado, pois o fornecimento de forma gratuita caracteriza parcela de natureza salarial, incidindo, assim, todos os reflexos trabalhistas sobre o valor pago.”

Marco Antônio Vieira Machado e Rosângela Mazzeto

Vieira Machado e Mazzeto Advogados Associados, da assessoria jurídica do Sincopes-RS

Banco de currículos

O Sincopes-RS mantém um banco de currículos. A intenção é auxiliar empresários que busquem colaboradores para vagas abertas nas empresas do setor e possibilitar aos profissionais interessados a oferta de oportunidades. Os currículos devem ser encaminhados para

sincopes-rs@sincopes-rs.com.br.

Os empresários também podem solicitar currículos selecionados pelo e-mail ou pelo telefone (51) 3222-5577.



PRESIDENTE

Gerson Nunes Lopes

1º VICE-PRESIDENTE

Jorge Eleres Paim de Moraes

2º VICE-PRESIDENTE

Alexandre Belmonte dos Santos

3º VICE-PRESIDENTE

Marco Antônio Vieira Machado

DIRETOR ADMINISTRATIVO

Nilton Renato Possa

VICE-DIRETOR ADMINISTRATIVO

Tino Piccoli

DIRETOR DE FINANÇAS E PATRIMÔNIO

Luciano Perlin Müller

VICE-DIRETOR DE FINANÇAS E PATRIMÔNIO

Rogério Luiz Zaffari

DIRETOR DE RELAÇÕES DO TRABALHO

Luiz Silvan Sarturi Paim

DIRETOR SOCIAL E DE COMUNICAÇÃO

Wanderley Raymundo de Souza

DIRETOR DE AUTOPEÇAS

Eduardo Feijó de Oliveira

DIRETOR DE MOTOPEÇAS

Auri Batista Pires

DIRETOR DE VEÍCULOS USADOS

Décio Bonato

DIRETOR REGIÃO SUL

Sérgio Leonardo Ferreira João

DIRETOR REGIÃO CENTRAL

Alexandre Gay de Lima

DIRETOR REGIÃO SERRA

Júlio César Chaves

DIRETOR REGIÃO GRANDE PORTO ALEGRE

Milton Gomes Ribeiro

SUPLENTE DA DIRETORIA

Alexandre Batista Meditsch,
Paulo Edilton Paim de Moraes
(Diretor Suplente),

Cleomar Luís Morés (Diretor Suplente),
Alexandre Quadrado, Flávio da Silva Telmo
e Mauro Gotler

CONSELHO FISCAL EFETIVO

Luiz Alberto Rigo, Antonio Carlos Gonçalves
e José Pacifico da Fontoura Neubauer

CONSELHO FISCAL SUPLENTE

Luís Carlos de Assunção, Joel Konig Vieira
e Carlos Alberto Nusser Mendonça

DELEGADOS REPRESENTANTES JUNTO À Fecomércio-RS

Gerson Nunes Lopes e
Jorge Eleres Paim de Moraes

DELEGADOS REPRESENTANTES SUPLENTE

Rogério Luiz Zaffari e Milton Gomes Ribeiro

INFORMATIVO DO SINCOPEÇAS-RS

EXECUÇÃO EDITORIAL

REPORTAGEM E EDIÇÃO

Ampliare Comunicação

Cristina Cinara (MTE/SC 01923)
e Neusa Santos (MTE/RS 8544)

REVISÃO

Press Revisão

PROJETO GRÁFICO

Eska Design

EDITORIAÇÃO

Isabela Rodrigues

Audiência pública discute prejuízos e problemas causados pelo comércio ilegal no RS



Vinicius Reis/AL/RS

Audiência pública do dia 13 de novembro debateu o comércio ilegal de mercadorias contrabandeadas no Estado.

Com o propósito de discutir o comércio ilegal de mercadorias contrabandeadas e as medidas que possam contribuir no combate a esta prática, a Comissão de Economia, Desenvolvimento Sustentável e do Turismo da Assembleia Legislativa gaúcha realizou, no dia 13 de novembro, audiência pública em Porto Alegre. O Sincopeças-RS foi representado pelo diretor Milton Gomes Ribeiro.

“Os relatos trazidos à reunião, pelos mais diferentes segmentos envolvidos com o comércio – federações, associações de comércio e de serviços –, mas também com a indústria, dão conta do descalabro que atinge a atividade comercial da Capital, e cidades importantes do Interior, em razão da atividade ilegal e do contrabando”, resumiu o deputado estadual Frederico Antunes (PP). Para ele, são necessárias medidas imediatas que garantam o comércio de Natal na sua plenitude, atualmente colocado em risco pela informalidade. “Depois, outras ações permanentes, que busquem solucionar este problema de forma definitiva”, advertiu.

Durante as manifestações, representantes das entidades alertaram para possíveis conflitos entre ambulante e o comércio legal, caso não sejam encontradas medidas resolutivas. Inicialmente, o representante da Federação do Comércio de Bens e de Serviços do Estado do Rio Grande do Sul (Fecomércio-RS), André Roncatto, expôs números sobre o tema. Informou que a entidade, desde 2011, diante da situação, criou um grupo de combate à informalidade. “Em 2016, o Brasil perdeu cerca de R\$ 900 bilhões com o comércio ilegal, ou aproximados 16% do PIB. No RS, a perda chega a R\$ 57 bilhões e, na Capital, a R\$ 10 bilhões”, disse.

Jorge Lopes, vice-presidente da Federação das Câmaras de Dirigentes Lojistas, foi incisivo: “O tema sangra as finanças e debilita as empresas que, no RS, fecham a cada dia mais portas

e, claro, vagas de trabalho”. Segundo ele, é necessário um processo educativo firme e resolutivo de conscientização à coletividade acerca dos malefícios gerados pelos produtos de descaminhos. “Os órgãos de fiscalização falam em falta de estrutura e de pessoal; de outra parte, a legislação é ineficaz. É essencial, sim, que sejam revistas as penas aos que atuam no comércio ilegal. Ou isso, ou os números apontados só tenderão a crescer”, advertiu.

Wilson Noer, presidente da Associação Gaúcha para o Desenvolvimento do Varejo, observou que os R\$ 53 bilhões citados em prejuízos no Estado são muito maiores, “resultantes de uma economia invisível. Perdemos muito mais, recursos que somem e que, lógico, fazem falta”. Ele comunicou o fechamento recente de nove mil lojas, ocasionando 50 mil desempregados. Disse ainda que é possível minimizar a situação, bastando colocar em vigor a legislação já existente, como a Lei nº 10.605, aprovada pela Câmara de Vereadores em 2008, regulamentando, em 2011, o trabalho ambulante.

Ação – Uma das iniciativas definidas no encontro foi a agenda de reunião que ocorreu no dia 14 de novembro, entre o presidente da Frente Parlamentar em Defesa da Proibição da Venda de Produtos Contrabandeados, deputado Frederico Antunes, o secretário estadual da Segurança, Cezar Schirmer, representantes de entidades do comércio, do Ministério Público Estadual, da Polícia Federal, Polícia Rodoviária Federal, Receita Federal, Polícia Civil e Procon-RS. Nela, ficou definida a criação de uma Câmara Temática visando ao combate à venda ilegal de produtos contrabandeados na capital gaúcha.

Com informações da AL/RS

Novembro é o mês do combate ao câncer de próstata.

É o período para intensificar a prevenção e o diagnóstico. Faça seus exames regularmente! O **Sincopeças-RS** apoia esta campanha!

